

Concurso Público N.º 1/JM/DGEstE/2022

Aquisição de Serviços - Realização de Juntas Médicas

Programa do Concurso

outubro de 2022

Índice

SECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Artigo 1.º - Identificação do Procedimento	4
Artigo 2.º - Objeto	4
Artigo 3.º - Entidade Adjudicante	4
Artigo 4.º - Órgão Competente para a decisão de contratar	4
Artigo 5.º - Concorrentes	5
Artigo 6.º - Condições de Participação	5
Artigo 7.º - Peças do Procedimento	5
Artigo 8.º - Consulta e Fornecimento das Peças do Procedimento	6
Artigo 9.º - Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento	6
Artigo 10.º - Erros e Omissões do Caderno de Encargos	6
Artigo 11.º - Preço da Proposta	7
Artigo 12.º - Critério de Adjudicação e Critérios de Desempate	7
Artigo 13.º - Proposta e Documentos que a constituem	7
Artigo 14.º - Prazo e Modo de Apresentação de Propostas	9
Artigo 15.º - Idioma dos Documentos que constituem a proposta	9
Artigo 16.º - Propostas variantes	9
Artigo 17.º - Classificação de Documentos da Proposta	9
Artigo 18.º - Prorrogação do prazo fixado para a apresentação da proposta	10
Artigo 19.º - Prazo de Manutenção das Propostas	10
Artigo 20.º - Listas dos Concorrentes e Consulta das Propostas Apresentadas	10
Artigo 21.º - Exclusão de propostas	11
SECÇÃO III - ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS	12
Artigo 22.º - Análise e Avaliação das Propostas	12
Artigo 23.º - Esclarecimentos sobre as Propostas	12
Artigo 24.º - Relatório Preliminar	12
Artigo 25.º - Audiência Prévia	12
Artigo 26.º - Relatório Final	13
SECÇÃO IV - ADJUDICAÇÃO	13
Artigo 27.º - Notificação da decisão de adjudicação	13
SECÇÃO V – HABILITAÇÃO	13
Artigo 28.º - Documentos de Habilitação	13
Artigo 29.º - Idioma e Modo de Apresentação dos Documentos de Habilitação	14
Artigo 30.º - Não Apresentação dos Documentos de Habilitação	15
Artigo 31.º - Não exigência de caução	16

SECÇÃO VI – CELEBRAÇÃO DO CONTRATO	16
Artigo 32.º - Redução do contrato a escrito	16
Artigo 33.º - Aprovação da Minuta de Contrato	17
Artigo 34.º - Ajustamentos ao Conteúdo de Contrato	17
Artigo 35.º - Notificação da Minuta de Contrato	17
Artigo 36.º - Aceitação da Minuta de Contrato	17
Artigo 37.º - Reclamações da Minuta	17
Artigo 38.º - Notificação dos Ajustamentos ao Contrato	18
Artigo 39º - Outorga do Contrato	18
 SECÇÃO VII – DISPOSIÇÕES FINAIS	 18
Artigo 40.º - Notificações	18
Artigo 41.º - Responsável pela Direção do Procedimento	18
Artigo 42.º - Legislação Aplicável	18
Artigo 43.º - Foro Competente	18
 ANEXOS	 20
ANEXO 1 - Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)	21
ANEXO 2 - Modelo de Proposta	22
ANEXO 3 - Modelo de Declaração	23

SECÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º - Identificação do Procedimento

O presente procedimento reveste a forma de Concurso Público, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e dos artigos 130.º a 139.º, todos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, doravante designado de CCP e tem a seguinte designação: **Concurso Público N.º 1/JM/DGEstE/2022 - “Aquisição de Serviços - Realização de Juntas Médicas”**.

Artigo 2.º - Objeto

1 - O presente procedimento tem por objeto a “Aquisição de Serviços de Realização de Juntas Médicas”, de acordo com o Caderno de Encargos, composto pelos seguintes lotes:

- a) Lote 1: Norte/Centro;
- b) Lote 2: Lisboa e Vale do Tejo/Alentejo/Algarve.

2 - O presente procedimento insere-se em CPV 85141000 - 9 - Serviços prestados pelo pessoal médico.

Artigo 3.º - Entidade Adjudicante

A entidade pública adjudicante é o Estado Português, através da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, criada pelo Decreto-Lei n.º 266-G/2012, de 31 de dezembro, abreviadamente designada por DGEstE, sita na Praça de Alvalade, n.º 12, 1749-070 Lisboa, com os números de telefone 218433900 e fax 218470150 e com o endereço de correio eletrónico secretariado@dgeste.mec.pt, pessoa coletiva n.º 600086020, devidamente representada por João Miguel dos Santos Gonçalves, na qualidade de Diretor-Geral dos Estabelecimentos Escolares.

Artigo 4.º - Órgão Competente para a decisão de contratar

1 - O órgão com competência para a decisão de contratar é o Senhor Ministro da Educação, nos termos do n.º 1 da alínea c) do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e no artigo 36.º do CCP, que, através do Despacho n.º 8462/2022, de 1 de julho, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 132, de 11 de julho, delegou no Senhor Secretário de Estado da Educação, o qual, por sua vez, subdelegou no Senhor Diretor-Geral dos Estabelecimentos Escolares, através do Despacho n.º 12148/2022, de 11 de outubro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 201, de 18 de outubro.

2 - A autorização de despesa foi tomada através de despacho do Senhor Diretor-Geral dos Estabelecimentos Escolares de 20 de outubro.

Artigo 5.º - Concorrentes

1 - Podem ser concorrentes as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas do artigo 55.º do CCP e que comprovem possuir idoneidade e aptidão técnica e profissional para a prestação dos serviços objeto do presente concurso.

2 - Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

3 - Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP, nem integrar outro agrupamento concorrente.

4 - Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.

5 - Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio, nos termos do disposto nos artigos 1.º a 20.º do Decreto-lei n.º 231/81, de 28 de julho.

6 - O contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de chefe de consórcio, único e comum interlocutor responsável perante a Entidade Adjudicante, devendo ser-lhe conferidos, no mesmo ato, por procuração, os poderes a que se referem as alíneas a), b), c), d) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

Artigo 6.º - Condições de Participação

A participação no concurso depende de prévia inscrição na plataforma de contratação pública da acinGov, com o endereço www.acingov.pt.

Artigo 7.º - Peças do Procedimento

As peças do presente procedimento são as seguintes:

- a) O Programa de Concurso e seus anexos;
- b) O Caderno de Encargos e seus anexos.

Artigo 8.º - Consulta e Fornecimento das Peças do Procedimento

- 1 - As peças do procedimento encontram-se disponíveis para consulta dos interessados desde o dia da publicação do anúncio no JOUE, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, na plataforma eletrónica com o seguinte endereço: www.acingov.pt e na morada indicada no Artigo 3.º do presente Programa de Concurso, onde podem ser consultadas durante as horas de expediente 10:00 - 12:30 e 14:00 - 16:30.
- 2 - Quando, por qualquer motivo, não seja cumprido o disposto no número 1, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, a pedido dos interessados, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.
- 3 - A decisão de prorrogação prevista no número anterior deve ser junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão.

Artigo 9.º - Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento

- 1 - Os interessados podem solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica de contratação.
- 2 - Os esclarecimentos a que se refere o número anterior são prestados, por escrito, pelo júri do concurso, por delegação de competências, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, pelo mesmo meio previsto no número anterior.
- 3 - Nos termos do n.º 7 do art.º 50.º do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento ou efetuar qualquer esclarecimento.
- 4 - Os esclarecimentos referidos nos números anteriores serão disponibilizados pela entidade adjudicante, em plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados ser imediatamente notificados desse facto.
- 5- Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números 1 a 4 fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 10.º - Erros e Omissões do Caderno de Encargos

- 1 - Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar uma lista, através da plataforma, na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento:

- a) Os que digam respeito a:
- i. Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - ii. Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
 - iii. Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar, que o interessado não considere exequíveis.
- b) Erros e omissões que não se incluam na alínea anterior.

2 - A pronúncia a respeito dos erros e omissões será notificada a todos os interessados que se inscrevam no procedimento, sendo disponibilizados na plataforma.

3 - Em tudo o que for omissa no presente artigo, aplica-se o disposto no artigo 50.º do CCP.

Artigo 11.º - Preço da Proposta

- 1 - O preço da proposta respeitante a cada lote é expresso em Euros.
- 2 - O preço contratual global dos serviços a adquirir pela entidade adjudicante para cada lote a concurso deverá ser indicado por algarismos e por extenso, sem inclusão do IVA, considerando a isenção prevista no artigo 9.º, n.º 1, alínea a) do CIVA e tendo em consideração o disposto nos Artigos 3.º e 15.º do Caderno de Encargos.

Artigo 12.º - Critério de Adjudicação e Critérios de Desempate

- 1 - A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator prevista na alínea b), do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, mediante a avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar - para cada um dos lotes a concurso.
- 2 - Em caso de empate na avaliação das propostas, será realizado um sorteio presencial em hora e data a definir, na presença dos concorrentes com preço igual.

SECÇÃO II - PROPOSTA

Artigo 13.º - Proposta e Documentos que a constituem

- 1 - A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.

2 - Para efeitos de apresentação da proposta, o concorrente deverá considerar os serviços e quantidades de sessões de Juntas Médicas a realizar, considerando os lotes estabelecidos no Caderno de Encargos e no Programa de Concurso.

3 - Para efeitos de apresentação das propostas, os concorrentes podem apresentar propostas para a totalidade dos lotes ou para qualquer lote individualmente, de entre os seguintes:

- a) Lote 1: Norte/Centro
- b) Lote 2: Lisboa e Vale do Tejo/Alentejo/Algarve.

4 - Na proposta, o concorrente deve integrar, obrigatoriamente, os seguintes elementos:

- a) Referência do Concurso;
- b) Nome do concorrente;
- c) O preço contratual, por lote;
- d) O preço contratual, em algarismos e por extenso, com indicação expressa da não inclusão do IVA;
- e) Condições de pagamento;
- f) Prazo de validade da proposta;
- g) Data e assinatura(s).

5 - A proposta deverá ser acompanhada de:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, nos termos dos n.ºs 1 alínea a) e 6 do artigo 57.º do CCP, elaborado em conformidade com o Anexo 1 do Programa do Concurso, disponibilizado na plataforma eletrónica;
- b) O mapa de médicos a afetar à prestação de serviços aqui em causa, com indicação expressa das respetivas especialidades;
- c) Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para a apreciação da mesma.

7 - Os preços constantes na proposta são indicados em algarismos e por extenso, em euros e não incluem o IVA (estão isentos de IVA)

8 - Quando houver divergência entre o preço apresentado por extenso e em algarismos, prevalece o preço por extenso.

9 - Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

Artigo 14.º - Prazo e Modo de Apresentação de Propostas

1 - A apresentação da proposta deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, devendo cumprir com o disposto nas alíneas seguintes:

a) Data limite de entrega: até às 23h59 do 15.º (décimo quinto) dia a contar da data de envio do anúncio para publicação no JOUE;

b) A apresentação da proposta do presente procedimento será efetuada na plataforma de contratação da acinGov.

2 - Os esclarecimentos relativos à alínea b) do n.º anterior são prestados pela ACIN iCloud Solutions, contactável através do número 707 451 451, de Segunda a Sexta, entre as 8:00 e as 24:00 ou por correio eletrónico para apoio@acingov.pt.

3 - A proposta a apresentar deverá ser oferecida num ficheiro principal constando toda a informação requerida.

4 - No caso de não ser possível a apresentação em apenas um único ficheiro, deverão ser apensos os restantes, como anexos ao ficheiro principal, no qual deve esse facto ser referido.

5 - O formulário da proposta de resposta ao presente Programa (Anexo 2) deverá ser obrigatoriamente apresentado em formato pdf.

6 - Caso o envio completo da proposta não seja bem-sucedido, considera-se não ter existido qualquer apresentação da proposta.

7 - No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta e cada um dos documentos que fazem parte integrante da mesma devem ser assinados com uma assinatura eletrónica qualificada da entidade representante comum do agrupamento.

Artigo 15.º - Idioma dos Documentos que constituem a proposta

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, sem emendas ou rasuras.

Artigo 16.º - Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 17.º - Classificação de Documentos da Proposta

1 - Por motivos de segredo comercial, industrial, ou outro, os interessados podem requerer, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a

classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a proposta, para efeitos da restrição ou da limitação do acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário.

2 - O disposto no número anterior rege-se pelo estabelecido no artigo 66.º do CCP e demais legislação em vigor.

Artigo 18.º - Prorrogação do prazo fixado para a apresentação da proposta

1 - Quando as retificações ou os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.

2 - Quando as retificações das peças do concurso, verificadas por iniciativa da entidade adjudicante, independentemente do momento da sua comunicação ou por aceitação de erros ou omissões do Caderno de Encargos detetados por qualquer interessado, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do concurso, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele até à comunicação das retificações ou à publicitação da aceitação de erros ou de omissões.

Artigo 19.º - Prazo de Manutenção das Propostas

Os concorrentes obrigam-se a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias contados a partir da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 20.º - Listas dos Concorrentes e Consulta das Propostas Apresentadas

1 - No dia seguinte ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, o Júri procede à publicitação da lista de propostas na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, nos termos previstos no artigo 138.º do CCP.

2 - Aos concorrentes incluídos na lista acima referida é permitida a consulta na plataforma eletrónica de todas as propostas apresentadas.

3 - Os interessados que não tenham sido incluídos na lista podem reclamar desse facto no prazo de 3 (três) dias contados da sua publicitação, para o que devem apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta, seguindo-se os termos previstos no n.º 4 do artigo 138.º do CCP.

Artigo 21.º - Exclusão de propostas

1 - São excluídas as propostas cuja análise revele:

- a) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
- b) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do n.º 3 do Artigo 5.º do Programa de Concurso;
- c) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP;
- d) Que não sejam constituídas por todos os documentos e elementos solicitados no Artigo 13.º do Programa de Concurso;
- e) Que violem o disposto no n.º 7 do artigo 59.º do CCP;
- f) Que não observem as formalidades do modo de apresentação da proposta fixadas no Artigo 15.º do Programa do Concurso;
- g) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
- h) Que não cumpram o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP;
- i) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto nas regras referidas no n.º 4 do artigo 132.º do CCP;
- j) Que apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no Caderno de Encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 4 a 6 e 8 a 11 do artigo 49.º do CCP;
- l) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
- m) Que o preço contratual proposto seja superior ao preço base;
- n) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
- o) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.

2 - São também excluídas as propostas que, por motivos não referidos nos números anteriores, se encontrem abrangidas pelo disposto nos artigos 70.º e 146.º do CCP.

SECÇÃO III - ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

Artigo 22.º - Análise e Avaliação das Propostas

A análise das propostas será efetuada de acordo com o critério de adjudicação estabelecido, sendo excluídas as propostas em que se verificar alguma das circunstâncias elencadas no Artigo 21.º do Programa de Concurso.

Artigo 23.º - Esclarecimentos sobre as Propostas

- 1 - O júri do concurso pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para o efeito da análise das mesmas.
- 2 - Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem o respetivo atributo, nem visem suprir omissões que determinam a exclusão nos termos do Artigo 21.º do Programa do Concurso.
- 3 - Os esclarecimentos prestados devem ser disponibilizados em plataforma eletrónica, e todos os concorrentes devem ser imediatamente notificados desse facto.

Artigo 24.º - Relatório Preliminar

- 1 - Após a análise das propostas, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõe a ordenação das mesmas.
- 2 - No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri deve também propor fundamentadamente a exclusão de propostas.
- 3 - O relatório preliminar deve fazer referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do disposto no Artigo 23.º do Programa de Concurso.

Artigo 25.º - Audiência Prévia

Após elaboração do relatório preliminar, o júri procede ao envio a todos os concorrentes do mesmo, para no prazo de 5 (cinco) dias úteis se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

Artigo 26.º - Relatório Final

- 1 - Cumprido o disposto no Artigo 25.º do Programa de Concurso, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previsto no Artigo 21.º do Programa de Concurso.
- 2 - No caso de se verificar a exclusão de qualquer proposta, bem como do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas, constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previsto no Artigo 25.º do Programa de Concurso, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
- 3 - O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
- 4 - Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

SECÇÃO IV - ADJUDICAÇÃO

Artigo 27.º - Notificação da decisão de adjudicação

- 1 - A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
- 2 - Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação exigidos no Artigo 28.º do Programa de Concurso.
- 3 - As notificações referidas nos números anteriores devem ser acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

SECÇÃO V - HABILITAÇÃO

Artigo 28.º - Documentos de Habilitação

- 1 - Para efeitos de contratação o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo 3 do Programa de concurso;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP;

- c) Fotocópia do Registo Criminal da empresa e dos respetivos sócios gerentes;
- d) Fotocópia da Certidão do Registo Comercial da empresa ou código de acesso para consulta da certidão permanente;
- e) A indicação do número e validade do Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão de quem tem poderes para outorgar o contrato;
- f) O mapa de colaboradores a afetar à prestação de serviços, com indicação expressa das respetivas especialidades;
- g) No caso de a adjudicação recair sobre proposta apresentada por agrupamentos, documentos comprovativos da associação dos membros do agrupamento adjudicatário na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

2 - Os documentos referidos no número anterior deverão ser apresentados no prazo de 10 (dez) dias após notificação da decisão de adjudicação.

3 - Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação, sendo para o efeito aplicável o disposto nos n.ºs 3 e 4 e do artigo 86.º do CCP.

4 - O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do Programa do Concurso, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.

Artigo 29.º - Idioma e Modo de Apresentação dos Documentos de Habilitação

1 - Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.

2 - Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

3 - O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos referidos no artigo anterior através da plataforma eletrónica.

4 - Quando os documentos a que se referem a alínea b), c) e d) do n.º 1 do artigo anterior, se encontrem disponíveis na *Internet*, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constante estejam redigidos em língua portuguesa.

5 - Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a entidade adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos referidos na alínea b), c) e d) do n.º 1 do artigo anterior, é dispensada a sua apresentação nos termos do número anterior.

6 - Os documentos, a que se refere a alínea c) e d) do n.º 1 do artigo anterior, são exigíveis a concorrentes nacionais ou de outro Estado.

7 - O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos dispostos nos números anteriores, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.

8 - O órgão competente para a decisão de contratar notifica em simultâneo todos os concorrentes para a apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.

9 - Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário serão disponibilizados para consulta de todos os concorrentes na plataforma eletrónica.

10 - O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do programa do procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe um prazo para o efeito.

11 - Quando o adjudicatário for um agrupamento de concorrentes de pessoas singulares ou coletivas, os documentos previstos nas alíneas a) e b) da Artigo 28.º do Programa de Concurso devem ser apresentados por todos os seus membros.

Artigo 30.º - Não Apresentação dos Documentos de Habilitação

1 - A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:

- a) No prazo fixado no n.º 2 do Artigo 28.º;
- b) No prazo fixado para apresentação de qualquer documento adicional;
- c) Os documentos redigidos em língua portuguesa ou, não sejam acompanhados de tradução devidamente legalizada.

2 - Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando o prazo de 2 (dois) dias úteis, para se pronunciar por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

3 - Quando as situações previstas no n.º 1 do artigo 86.º do CCP se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional de 2 (dois) dias úteis para apresentação dos documentos em falta, sob a pena de caducidade da adjudicação.

4 - Nos casos previstos nos números anteriores o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

Artigo 31.º - Não exigência de caução

Nos termos da alínea a), do n.º 2, do artigo 88.º do CCP, não é exigida a prestação de caução.

SECÇÃO VI - CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Artigo 32.º - Redução do contrato a escrito

1 - O Contrato será reduzido a escrito, por lote, através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.

2 - Nos termos do n.º 2 do artigo 96.º do CCP, fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos, identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos;
- c) O caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o articulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º, ambos do CCP.

5 - As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade da entidade adjudicante, com exceção dos impostos legalmente devidos pelo adjudicatário.

Artigo 33.º - Aprovação da Minuta de Contrato

O contrato será reduzido a escrito pela entidade adjudicante, sendo a respetiva minuta aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar, em simultâneo com a decisão de adjudicação.

Artigo 34.º - Ajustamentos ao Conteúdo de Contrato

1 - O órgão competente para a decisão de contratar, pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e, tratando-se de procedimento em que se tenha analisado mais de uma proposta, seja objetivamente demonstrável que a respetiva ordenação não seria alterada, se os ajustamentos propostos tivessem sido refletidos em qualquer das propostas.

2 - Os ajustamentos referidos no número anterior, não podem implicar em caso algum a violação das peças do concurso, nem a inclusão de soluções contidas em proposta apresentada por outro concorrente.

Artigo 35.º - Notificação da Minuta de Contrato

Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário, assinalando expressamente, caso existam, os ajustamentos propostos.

Artigo 36.º - Aceitação da Minuta de Contrato

A minuta do contrato a celebrar e, caso existam, os ajustamentos propostos, consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 37.º - Reclamações da Minuta

1 - As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos legais ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.

2 - No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

3 - Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

Artigo 38.º - Notificação dos Ajustamentos ao Contrato

Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

Artigo 39º - Outorga do Contrato

A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou, da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de decorridos 10 (dez) dias contados da data de notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes e da receção dos documentos de habilitação, comprovada a prestação de caução quando devida e confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP.

SECÇÃO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 40.º - Notificações

As notificações previstas nas peças deste concurso são efetuadas através de plataforma eletrónica, ou por outro meio escrito e eletrónico de dados.

Artigo 41.º - Responsável pela Direção do Procedimento

Nos termos previstos no n.º 2 do artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro o júri do procedimento é o responsável pela direção do procedimento.

Artigo 42.º - Legislação Aplicável

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do CCP, e demais legislação em vigor.

Artigo 43.º - Foro Competente

1 - Para o conhecimento de quaisquer litígios emergentes do contrato, designadamente relativos à respetiva interpretação ou execução é competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

2 - As partes podem derrogar o disposto no número anterior por acordo escrito decidindo submeter à arbitragem algum litígio específico.

ANEXOS

ANEXO 1 - Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

[a que se refere o artigo 13º, nº 6, alínea a) do Programa do Concurso]

ANEXO 2 - Modelo de Proposta

[Artigo 11.º do Programa de Concurso]

Concurso Público N.º --/DGEste/2022

“Aquisição de Serviços - Realização de Juntas Médicas”

PROPOSTA

..... (empresa e sede), representada pelo seu gerente/administrador/procurador
(nome, estado civil, nº do Bilhete de Identidade/cartão de cidadão, data de emissão e
arquivo de identificação, naturalidade e morada), tendo tomado inteiro e perfeito
conhecimento do Programa do Concurso e do Caderno de Encargos, a que se refere o anúncio
publicado na II Série do Diário da República, de ... (data), relativo a “Aquisição de Serviços -
Realização de Juntas Médicas”, para a celebração de contrato para a entidade adjudicante do
Ministério da Educação, obriga-se a apresentar e prestar os referidos serviços em
conformidade com os termos e condições previstas no Caderno de Encargos, nas instalações
de cada entidade adjudicante, pelo preço contratual de €..... (em algarismos e por
extenso), que não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), de acordo com os
requisitos exigidos no Caderno de Encargos e de acordo com os valores, constantes na
presente proposta, com as seguintes condições de pagamento mantendo a
proposta válida por um prazo de 66 dias.

Os preços, indicados não incluem o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

Designação do Lote a que concorre	(X)	Preço do lote sem IVA (euros)
Lote 1 -		
Lote 2 -		

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução
do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Local e data

Assinatura

ANEXO 3 - Modelo de Declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º